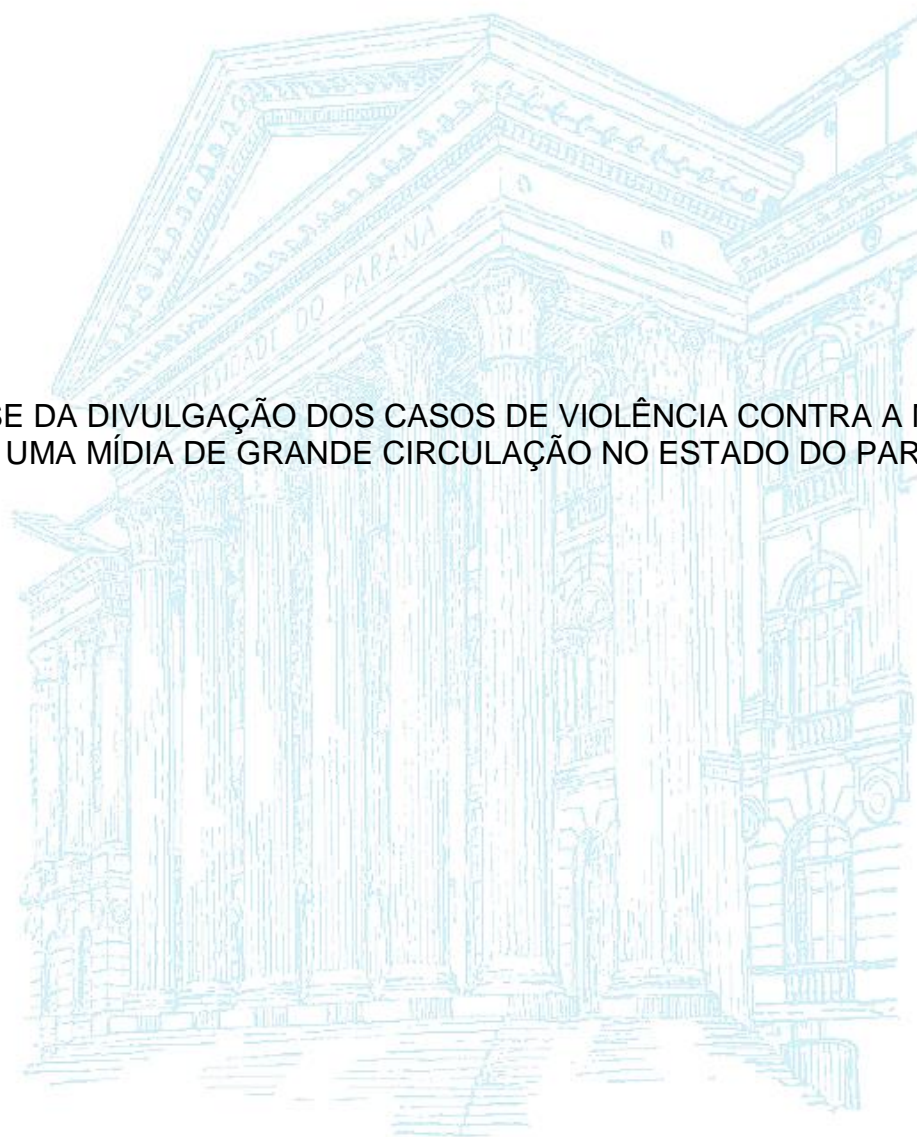


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA CRISTINA ALVES GOETZINGER

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
EM UMA MÍDIA DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ



ITAMBÉ
2016

JULIANA CRISTINA ALVES GOETZINGER

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
EM UMA MÍDIA DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Profa. Gisele Antoniaconi

ITAMBÉ
2016

ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UMA MÍDIA DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

ANALYSIS OF THE PUBLICIZING OF CASES OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN A LARGE CIRCULATION MEDIA FROM THE STATE OF PARANÁ

Juliana Cristina Alves Goetzinger¹; Gisele Antoniaconi²

¹Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Maringá; Especialista em Academias e Personal Training pelo Centro Universitário de Maringá; Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá;
julicalves_3@hotmail.com

² Bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Paraná;
antoniaconi@gmail.com

Resumo: A violência contra a mulher é um crescente problema de saúde pública no Brasil. Mais da metade das mortes de mulheres correspondem a feminicídios cometidos por companheiros ou ex-companheiros. Assim o estudo teve como objetivo analisar notícias sobre violência contra mulher publicadas por um meio de comunicação de grande circulação no Estado do Paraná. Foram pesquisadas reportagens referentes a violência contra mulher publicadas entre os anos de 2006 e 2015 nessa referida mídia. A coleta de dados ocorreu entre os dias 14 e 19 de setembro de 2015. Os dados coletados foram tabulados com o *software Microsoft Excel 2010* e analisadas as frequências no *software estatístico Epi info* versão 3.5.4. Foram encontradas 64 mulheres vítimas de violência, das quais 43,8% apresentaram idade entre 16 e 30 anos e 38 mulheres vieram a óbito devido ao impacto das agressões. Conclui-se com o estudo que os feminicídios fazem parte da realidade da mulher brasileira, e que mesmo com algumas mudanças nos valores relativos em relação homem *versus* mulher, e conquistas como a da Lei Maria da Penha, infelizmente esses crimes e agressões ainda acontecem.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; violência física; feminicídios

Abstract: Violence against women is an increasing public health problem in Brazil. Over half the number of deaths among women happen due to femicide committed by their significant others or former partners. Therefore, this article aimed to study pieces of news about violence against women that were published by a media outlet of large circulation in the state of Paraná. Our research gathered reports that made reference to the violence against women, and which were published between the years of 2006 and 2015 by the aforementioned communication vehicle. Data were collected between the 14th and 19th of September 2015. They were tabulated with the Microsoft Excel 2010 software, and the frequency was analyzed through the statistics software called Epi info version 3.5.4. We found 64 women who were victims of violence, out of which 43.8% were between the ages of 16 and 30, and 38 women died due to the impact of attack. The study made possible for us to conclude that femicides are part of the reality of Brazilian women, and even if there have been some changes of values when it comes to the men versus women debate, as well as achievements such as the Maria da Penha Law, those crimes and attacks are unfortunately still going on.

Keywords: Violence against women; physical violence; femicides

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um crescente problema de saúde pública no Brasil, podendo causar depressão, fadiga, medo, ansiedade, desordens múltiplas de personalidade, desordens de alimentação, distúrbios do sono, desânimo, baixo estima (GUEDES, SILVA E FONSECA, 2009). Atinge todas as classes sociais, porém são as mulheres pobres as que mais sofrem com a violência, muitas vezes as mulheres escondem as agressões sofridas pelos cônjuges, tornando-se cúmplices da violência, pois consideram como algo natural ou por medo das possíveis reações dos companheiros (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005).

A violência doméstica e familiar sofrida pela mulher é histórica e cultural, de relação hierárquica, devido à diferença de papéis estabelecidos socialmente entre o homem e a mulher, cujos papéis consideram a mulher como o “sexo frágil”, contrapondo o papel masculino (FONSECA; LUCAS, 2006). A violência sofrida pela mulher, em geral, acontece em seus próprios lares, sendo caracterizada por agressividade e coação, seguidos de ataques físicos, sexuais e psicológicos. Segundo Andrade e Fonseca (2008), na década de 80, 63% das vítimas que sofriam agressões físicas eram mulheres e as agressões ocorriam no ambiente doméstico, sendo que 77, 6% dos casos o agressor era o próprio parceiro ou ex-parceiro.

Diferentemente do feminismo que tinha como objetivo a transformação da situação da mulher na sociedade, visando resolver as questões de desigualdade entre gênero, o movimento feminista defendia também a igualdade de gêneros, e foi através dele que as mulheres conquistaram alguns direitos, como o direito do voto e da educação, no entanto trouxe uma nova abordagem a questão da violência contra a mulher, sendo possível a conquista das Delegacias de Atendimento à Mulher e a Lei Maria da Penha (lei n. 11.340, de 2006), além da inclusão do tema nas políticas públicas (FARAH, 2004; MELLO, 2013).

As definições dos papéis sociais acontecem desde quando a menina e o menino são pequenos, em que por questões culturais e padrões pré-estabelecidos pela sociedade, a menina tende a cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos, enquanto ao menino cabe a responsabilidade de sair para trabalhar e trazer o sustento para a casa. Porém a participação da mulher nas posições sociais anteriormente masculinas está aumentando, no entanto, em relação á violência

contra a mulher pouco se avançou e os casos ainda ocorrem de forma significativa (GARBIN et al, 2006).

De acordo com Farah (2006), está cada vez mais crescente a participação da mulher no mercado de trabalho e nos espaços na sociedade, fato que antes eram apenas espaços para os homens, porém ainda existe muita desigualdade em relação a remuneração salarial. Uma mulher que tem o mesmo cargo de um homem, realizando as mesmas atividades tem sua remuneração por hora trabalhada 21% menor do que do homem, o que mostra que as políticas públicas ainda têm muito o que fazer para acabar com as desigualdades de gênero.

Segundo Meneghel e Hirakata (2011) e Mello (2013), os femicídios são os homicídios resultantes de conflitos de gênero, podendo ocorrer em diversas situações. Observa-se que em vários continentes mais da metade das mortes de mulheres correspondem a femicídios, que geralmente estão relacionados a condição de gênero, sendo o Brasil um dos países com maior índice de casos das Américas. As agressões sofridas pelas mulheres têm aumentado a cada ano, tendo o companheiro ou ex-companheiros como o agressor na maioria dos casos. Este contexto inibe a iniciativa da mulher de denunciar as agressões por medo de que reincidam e principalmente que sejam fatais.

A violência contra a mulher pode causar impacto em toda a família, principalmente nas crianças, cujas quais naturalizam e vivenciam a violência nas famílias, podendo repeti-las futuramente com seus cônjuges e filhos, tornando-se um ciclo de violência ou traumas. Esse ciclo só pode ser acabado com a mudança na estrutura familiar, uma vez que a família é o primeiro grupo social que a criança convive e aprende muitos valores sociais, como por exemplo, o papel do homem e da mulher (ELIAS E GAUER, 2014). A criança que presencia violência na família pode ter seu desenvolvimento emocional e rendimento escolar comprometido, além de sequelas psicológicas e comportamentais (SANTOS E MORÉ, 2011).

Assim, a violência contra a mulher se tornou uma questão de saúde pública, sendo o maior causador de mortes em mulheres na faixa etária de 15 a 44 anos. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2005). Após quarenta anos de feminismo e de grandes mudanças na posição socioeconômica e nos valores e conquistas adquiridas pelas mulheres, os homicídios ainda fazem parte da realidade das mulheres brasileiras. Diariamente são noticiados casos de agressões nas mídias,

como no jornal impresso, na internet, televisão, rádio, músicas, revistas (BLAY, 2003).

Nesse contexto, o objetivo do estudo foi analisar as notícias sobre violência contra a mulher publicada por um meio de comunicação de grande circulação do Estado do Paraná. Procurou-se analisar os principais tipos de violência, o tipo de relação que o agressor possuía com a vítima e verificando a frequência de óbitos causados pela agressão.

Desta forma o presente estudo tem como problema a seguinte questão: há divulgação dos casos de violência contra a mulher pela mídia do no Estado do Paraná?

METODOLOGIA

Pesquisa de análise documental, de natureza quantitativa, sendo realizada com base em uma mídia impressa de grande circulação no estado do Paraná. Foram pesquisadas reportagens referentes à violência contra mulher utilizando as palavras-chaves “violência” e “mulher” publicadas entre os anos de 2006 e 2015. A escolha do ano de partida levou em consideração a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) que cria mecanismos para coibir a violência contra mulher.

O processo de seleção dos dados seguiu os seguintes critérios:

- Busca utilizando os códigos “mulher” e “violência” simultaneamente no campo pesquisado sítio da mídia escolhida;
- Leitura do título de todas as reportagens encontradas, a partir disso foram selecionados os títulos que abordavam questões de violência contra mulher;
- Leitura do artigo na íntegra após a seleção por título e seleção dos que cumpriam os critérios de seleção.

Como critérios de seleção foram estabelecidos como inclusão tratar do tema de violência contra mulher e como exclusão não especificar a violência.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 14 e 19 de setembro de 2015. Os dados coletados foram tabulados com o *software Microsoft Excel* 2010 e analisadas as frequências no *software estatístico Epi info* versão 3.5.4.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A frequência das agressões por ano mostra que nos anos de 2010 e 2011 houve um número maior de vítimas de agressão sendo 11 vítimas para cada ano. Observou-se também que o número de notícias tem aumentado, fato que pode ser devido ao aumento da consciência social sobre a temática estudada.

De acordo com estudo realizado pelo Ipea (2013), sobre a taxa de mortalidade de mulheres por agressões mostrou que a Lei Maria da Penha não causou nenhum impacto quando comparada com períodos anteriores da implantação da lei (GARCIA et al, 2013), o que se nota é uma leve queda no período de 2006 a 2008 e logo em seguida observa-se um novo crescimento dos casos. Porém a Lei Maria da Penha tem gerado uma visibilidade nunca vista antes tanto para as mulheres que veem na lei uma forma de enfrentamento da violência, como para os homens autores da violência que as vezes se sentem coagidos pela lei deixando de cometer a violência, além de ser uma conquista histórica dos direitos humanos das mulheres.

Tabela 1 – Classificação da frequência de agressão por ano.

Ano	Frequência	Porcentagem (%)
2006	1	1,6
2007	3	4,7
2008	3	4,7
2009	7	10,9
2010	11	17,2
2011	11	17,2
2012	8	12,5
2013	8	12,5
2014	9	14,1
2015	3	4,7

Foi encontrado 62 notícias de mulheres agredidas, sendo que o total de mulheres vítimas de agressões corresponde a 64 mulheres. Os resultados seguintes serão apresentados correspondendo ao total de notícias encontradas entre os anos de 2006 e 2015.

Observou-se que das 64 vítimas de agressões analisadas, 81,3% (n=52) apresentaram casos em que a mulher sofreu violência física, em alguns desses casos os tipos de violência era combinados com arma de fogo (29,7%, n=19) e violência sexual (6,3, n=4). Esses dados demonstram a intensidade das agressões sofridas pela mulher, principalmente pelo percentual considerável de agressões combinadas (36%, n=23) e por um terço do total de agressões envolverem arma de fogo.

O Brasil apresentou nas últimas décadas um número alto de mortes por homicídios, sendo que 10% representam os homicídios de mulheres vítimas de agressão, caracterizando os femicídios (MENEHEL; HIRAKATA, 2011). Estudo realizado por Garcia et al, (2013), constatou que 50% os óbitos de mulheres vítimas de violência eram cometidos com o uso de armas de fogo, seguido de objetos cortantes e perfurantes (facas).

Segundo Coelho; Ferraz (2007), os óbitos por armas de fogo representam um total de 60,2% no subgrupo de óbitos por causas externas. O Estado do Paraná está em 12º no ranking das taxas de óbito por armas de fogo, apresentando uma taxa de 24,3 mortes para cada 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2015). As armas de fogo continuam sendo o principal instrumento de homicídios representando 49,2% dos casos das mulheres mortas.

Segundo um estudo realizado pelo Instituto Sangari, o Estado do Paraná ocupa a terceira posição entre as unidades da federação em violência contra a mulher, com uma taxa de 6,3 mulheres assassinadas para cada 100 mil mulheres. Já a capital Curitiba está em 4º no ranking das capitais com mais casos de violência contra a mulher (WAISELFISZ, 2011).

A mulher pode sofrer violência de diversas formas e com diferentes graus de severidade, de acordo com Day et al, (2003), as formas mais comuns de violência intrafamiliar são: violência física, violência sexual, violência psicológica e a negligência. Além dessas violências existem também a violência de gênero, violência econômica, violência domiciliar, entre outras.

Tabela 2 – Frequência do tipo de agressão.

Tipo de agressão	Frequência	Porcentagem (%)
Agressão física	33	51,6
Agressão sexual	8	12,5
Agressão física com armas de fogo	19	29,7
Agressão física e sexual	4	6,3

A intensidade da violência nos casos notificados é demonstrada também no número de óbitos notificados, dos 64 casos 38 (59%) foram a óbito. Esse percentual alto destaca a importância que essa situação representa na vida das mulheres e de suas famílias. O número de óbitos de mulheres aumentou consideravelmente no Brasil, estando normalmente relacionado com as desigualdades de gênero, sendo que 10% dos óbitos por agressão giram em torno dos companheiros ou maridos (PASINATO, 2011).

Tabela 3 – Frequência de casos de óbitos noticiados.

Óbito	Frequência	Porcentagem (%)
Sim	38	58,5
Não	26	40

A apresentação da classificação das faixas etárias demonstrou que o maior número de vítimas é compreendido entre a faixa etária dos 16 aos 30 anos, consideradas mulheres jovens que representam um percentual de 43,8% das notícias analisadas. Observa-se que mulheres de todas as idades são vítimas de violência, sendo que estudos realizados por Deslandes et al, (2000), mostrou a predominância da faixa etária de 20-29 anos, e Schraiber et al, (2002), constatou a predominância de idade entre 15-24 anos, o que nos leva a concluir nosso estudo condiz com outros estudos e que a faixa etária mais atingida pela violência contra a mulher compreende entre os 15 aos 30 anos de idade.

Tabela 4 – Classificação da frequência de acordo com a faixa etária.

Faixa etária	Frequência	Porcentagem (%)
0 -15 anos	7	10,9
16-30 anos	28	43,8
31-45 anos	11	17,2
46-60 anos	6	9,4
Acima de 61 anos	4	6,3
Idade não informada	8	12,4

A relação do agressor com a vítima revela que 31,7% dos responsáveis pelas agressões são os próprios companheiros ou ex- companheiros, e que 68,3% foram agredidas ou mortas por pessoas sem ligação íntima com a vítima, ou até mesmos desconhecidos. Segundo Garcia et al (2013), 40% dos homicídios de mulheres no mundo são realizados por companheiros ou ex companheiros.

De acordo com Deeke et al (2009), as agressões feitas por companheiros são reconhecidas em todo o mundo como uma das formas de violência contra a mulher. Estudos realizados por Acosta e Barker (2003) e Heise, Ellsbury e Gottemoeller (1999), revelam que a mulher que sofreu violência física consequentemente sofreu violência psicológica também.

Uma pesquisa realizada pela OMS feita em dez países mostrou elevadas taxas de violência física, sexual, psicológica cometida por parceiros á suas mulheres. (FRANK, COELHO, BOING, 2007).

Tabela 5 – Relação do agressor com a vítima.

Agressor	Frequência	Porcentagem (%)
Companheiro ou ex- companheiro	20	31,7
Outros agressores	44	68,3

A violência contra a mulher não afeta somente a mulher, mas os filhos, que muitas vezes presenciam as cenas lastimáveis de agressões, isso quando também não são vítimas juntamente com as mães. Assim crianças criadas em ambiente familiar com mães submetidas a violência, apresentam maiores chances de desencadear problemas como timidez, agressividade, urinar na cama, pesadelos, podendo afetar a vida escolar da criança (DIAS, 2010).

Segundo Rosas e Cionek (2006) é no ambiente familiar que acontecem situações repletas de significados na vida de um indivíduo, tanto significados bons como ruins e para a criança que está em fase de desenvolvimento é de extrema importância que o ambiente familiar seja equilibrado, pois o desequilíbrio pode afetar a construção do conhecimento da criança.

De acordo com Garbin et al (2006), as mulheres que são vítimas de violência, podem apresentar desequilíbrios econômicos, emocional e familiar, além de riscos a saúde de seus filhos, pois uma criança que presencia violência contra sua mãe tende a sofrer retardo em seu desenvolvimento, depressão e ansiedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um problema grave que vem afetando milhares de mulheres em todo o mundo, já sendo considerado um problema de saúde pública, cujo qual precisa ser encarado tanto pelos órgãos governamentais como pela sociedade no geral. A questão como a sociedade é estruturada atribui papéis diferenciados ao homem e a mulher, fazendo com que o homem muitas vezes utilize qualquer forma de violência para mostrar que é superior a mulher.

Analisando as notícias sobre violência contra a mulher, pode-se concluir que os principais tipos de violência sofrida pelas mulheres foram as violências física, sexuais, sendo que na violência física se observou um grande número de agressões com armas de fogo. As agressões noticiadas eram na maioria por pessoas sem vínculo afetivo, no entanto foi possível registrar muitas agressões por companheiros ou ex companheiros das vítimas. Além disso, o estudo mostrou que mais da metade da amostra teve óbito devido as agressões graves.

Essa situação de tantos feminicídios é preocupante, pois são fatos que poderiam ter sido evitados se houvesse uma atenção redobrada na proteção as vítimas de violência.

A Lei Maria da Penha foi um grande avanço, porém as políticas públicas ainda têm muito que fazer para melhorar a Lei. Percebe-se ainda que grande parte das vítimas não fatais apresentam uma certa resistência e não confiam plenamente no poder da Lei Maria da Penha. É necessário criar estratégias que visem garantir a redução das desigualdades de gênero e proporcionar todo respaldo possível as

vítimas de violência, a fim de evitar possíveis danos a saúde tanto da mulher como de seus filhos.

É preciso que as mulheres juntamente com as políticas públicas e toda a sociedade busquem alternativas de enfrentamento para a violência, pois ninguém tem o direito de violentar e agredir ninguém. Da mesma forma que as mulheres conquistaram alguns direitos através de lutas, é possível com a ajuda das políticas públicas criar estratégias para diminuir o número de mulheres que sofrem ainda com a violência.

Assim, desconstruir as relações de gênero criadas e impostas pela sociedade se faz necessário para valorizar o ser humano como um ser racional e respeitar as características individuais de cada um, essas que tornam o ser humano único.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida que me destes, a meu esposo Raul e a minha filha Helena que me deram forças para não desistir e a minha orientadora Gisele que me deu suporte e apoio acadêmico para a realização desse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4, São Paulo, 2006.

ACOSTA, F.; BARKER, G. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil**. Instituto NOOS, 2003.

ANDRADE, C. J. M.; FONSECA, R. G. M. S. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, n.42, v.3, p. 591-595, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: ministério da saúde, 2005.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**, n.49, v. 17, p. 87-98, São Paulo, 2003.

COELHO, G. M. P.; FERRAZ, P. S. G .L. **Violência contra a mulher: perfim da mortalidade em duas microrregiões do sertão pernambucano.** 2007. p.43. Monografia (Especialização em Análise de Dados em Epidemiologia) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CpqAM/FIOCRUZ, Recife, 2007.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas manifestações. **Revista Psiquiatria**, n.25, v.1, p. 9-21, Rio Grande do Sul, 2003.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Caderno Saúde Pública**, n.16, v. 1, p. 129-137, 2000

DIAS, D. **Violência doméstica afeta nossas crianças.** Disponível em: <http://clickriomafra.com.br/douglas/violencia-domestica-afeta-nossas-criancas>. Acesso em 19/10/2015.

ELIAS, M. F.; GAUER, G. J. C. Violência de gênero e o impacto na família: educando para uma mudança na cultura patriarcal. **Revista Eletrônica da Faculdade de direito**, Porto Alegre, n. 1, v. 6, p. 117-128, 2014.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 47-71, Florianópolis, 2004.

FONSECA, P. M.; LUCAS , T. N. S. **Violência contra a mulher e suas consequências psicológicas.** 2006. p.24. Monografia (Graduação em Psicologia) - Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2006.

FRANK, S.; COELHO, E. B. S.; BOING, A. F. Perfil dos estudos de violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007.**Revista Panamericana de Saúde Pública**, v.27, n.5, p. 376-381, 2010.

GARBIN, C. A. S. et al. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, 2006.

GARCIA, L. P. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** Disponível em http://monitoramentocedaw.com.br/wpcontent/uploads/2013/09/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf < acessado em: 10/10/2015. 2013.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. G. M. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Revista de Enfermagem**, n. 3, v.13, p. 625-631, 2009.

HEISE, L.; ELLSBURY, M.; GOTTEMOELLER, M. Ending violence against women. **Population Reports**. Baltimore, v.27, n.4, p.1-43, 1999.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S.N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista Saúde Pública**, n. 5, v. 39, p. 695-701, 2005.

MELLO, A. R. **Femicídios: uma análise sócio - jurídica do fenômeno no Brasil**. Disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ADRIANARAMOSDEMELLO_FEMICIDIO.pdf acessado em 17/11/2015, 2013.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista Saúde Pública**, n. 3, v. 45, p. 564-574, 2011.

PASINATO, W. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. **Revista Cadernos Pagu**, v. 37, p. 219-246, 2011.

ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. O Impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Revista Conhecimento interativo**, n.1, v.2, p. 10-15, 2006.

SANTOS, A. C. W.; MORÉ, C. L. O. O. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vitimas de agressão. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, n. 2, v. 31, p 220-235, 2011.

SCHRAIBER, L. B.; ET AL. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista Saúde Pública**, n. 36, p. 470-477, 2002.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo, 2011.

WAISELFISZ, J. J. **Mortes matadas por armas de fogo**. Brasília, 2015.